



CPFL Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 08.439.659/0001-50

Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. **Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2022, exceto quando especificado de outra forma.**

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A CPFL Renováveis é líder no segmento de energia renovável, atuando nas quatro fontes: eólica, biomassa, pequena central hidrelétrica (PCH)/centro geradora hidrelétrica (CGH) solar. Além disso, possui em seu portfólio 2 usinas hidrelétricas (UHEs), totalizando uma capacidade instalada de 3.023 MW.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício. Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a CPFL Renováveis e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de geração baseada em fontes limpas e renováveis, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que atuam.

2. COMENTÁRIO SOBRE A CONJUNTURA

Ambiente macroeconômico

O ano de 2023 começou sob os sinais de baixo crescimento e elevada inflação. As expectativas de acordo com a Pesquisa Focus estavam em torno de 0,8% e 5,3%, respectivamente. A perspectiva era de uma recomposição tributária afetaria preços administrados, especialmente combustíveis, mantendo a inflação elevada a despeito dos efeitos negativos da elevação de juros sobre a atividade econômica. No entanto, houve surpresas benignas nas duas frentes: o crescimento econômico foi mais forte e a inflação, mais baixa.

Um dos fatores a colaborar para o desempenho melhor do que o esperado foi a normalização das cadeias produtivas e o recuo dos preços de commodities, tanto para a desinflação global como brasileira. Domesticamente, a safra recorde - muito maior que a inicialmente esperada - contribuiu direta (com cerca de 1,2 p.p.) e indiretamente para o PIB mais forte (através dos efeitos multiplicadores da renda gerada no setor).

A farta oferta agrícola também ajudou a redução dos preços domesticamente, especialmente dos alimentos, de fato, 2023 registrou deflação do grupo Alimentação no Domicílio no IPCA. Assim, apesar da recomposição dos impostos sobre combustíveis e da elevada inflação de administrados no ano (9,2%), a inflação encerrou o ano com 4,62%, dentro do intervalo de metas, cujo teto é 4,75%. O ano de 2023 também testemunhou a discussão em torno da meta de inflação e da autonomia do Banco Central, o que acabou levando a desancoragem das expectativas de inflação em prazos mais longos, especialmente durante o primeiro semestre. Quando se tornou claro que haveria manutenção da autonomia do Banco Central e da meta de inflação em 3% - agora transformada em meta contínua houve uma reancoragem parcial destas expectativas, que passaram a orbitar 3,5%, pouco acima do centro da meta.

Um dos motivos para a reancoragem das expectativas de inflação ser apenas parcial é a questão fiscal. O ano foi de significativos avanços nesta seara, com a aprovação do novo Arcaoubo Fiscal e das medidas que devem alavancar as receitas em 2024. Mas ainda há muita incerteza a respeito do cumprimento/alterações destas metas, que deve continuar sendo um foco de atenção ao longo de 2024. Enquanto as expectativas de inflação permanecem pressionadas e não havia clareza sobre o ambiente internacional e doméstico, o Banco Central manteve a taxa de juros inalterada. Apenas quando se tornou mais claro o processo de desinflação e apareceram sinais de descompressão dos núcleos é que a Selic começou a ser reduzida, mas os impactos da moderação da restrição monetária só devem ser mais plenamente observados em 2024, dadas as defasagens usuais.

No PIB mais forte de 2023 também participou a expansão da massa de renda das famílias, beneficiada por um mercado de trabalho forte, com expansão do emprego e do rendimento médio real dos trabalhadores, além das elevadas transferências governamentais através do Bolsa Família. A expansão da renda foi importante para garantir um bom desempenho do varejo mais dependente dela; já o varejo mais ligado ao crédito teve mais dificuldades, dado o ambiente de elevada inadimplência, taxas de juros nas alturas e endividamento das famílias em patamar recorde. A inadimplência recuou na segunda metade do ano, embalsada pelo programa Desenrola, mas a recuperação deste mercado é apenas incipiente e deve se fortalecer ao longo de 2024, refletindo a redução da Selic. Dentro do varejo que depende mais do crédito houve o destaque positivo das vendas de automóveis, incentivadas pelos programas governamentais específicos.

Do ponto de vista da indústria, no entanto, foi um ano difícil. Conquanto a extrativa mineral tenha ido muito bem, a indústria de transformação refletiu tanto a demanda mais baixa quanto as dificuldades para obtenção de crédito pelas empresas. Além da Selic elevada, o episódio das reclassificações contábeis da Americanas no início do ano impôs cautela extra aos bancos e mercados de capitais. A situação só começou a melhorar no segundo semestre, sob a égide do afrouxamento monetário e da percepção de que o episódio contábil era mesmo restrito às Americanas. Esta melhora deve perdurar em 2024.

O câmbio permaneceu sob pressão no primeiro semestre, enquanto pairavam dúvidas sobre a questão fiscal e a autonomia do Banco Central, aos poucos, conforme estas questões foram sendo confrontadas, houve pequena apreciação. Os movimentos do câmbio refletiram, também, os humores dos mercados com a economia internacional: o ano de 2023 foi de elevação dos juros nas principais economias do mundo e a perspectiva de que as taxas permaneceriam em terreno contracionista por bastante tempo prevaleceu em boa parte do segundo semestre. Em dezembro, no entanto, estas perspectivas foram parcialmente desarmadas, com os mercados começando a apostar em quedas de juros mais incisivas ao longo de 2024, o que colaborou para perda de valor do dólar em relação às demais moedas, inclusive o real.

Deve-se notar, ainda, outro fato relevante no apagar das luzes do ano: a promulgação da reforma tributária. Os pilares da reforma são a implantação de um sistema de base tributária ampla e não

cumulativo; a uniformização da legislação; a enorme simplificação do sistema; e, ainda que maiores do que as desejáveis, um número limitado de exceções. Com isso, o novo sistema deve ser menos complexo e o atual e com menor incentivo à litigância, proporcionando alguma redução das distorções alocaativas e aumento da produtividade da economia nacional. Na esteira das reformas aprovadas em 2023, o Brasil recebeu *upgrade* da classificação de risco de sua dívida pela S&P, o que ajudou a consolidar o processo de apreciação cambial nos últimos dias do ano.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

O ano de 2023 foi marcado por uma melhor performance de nossos parques eólicos em relação a 2022. Nossa disponibilidade permaneceu em um patamar elevado, de 95,7%, e contribuiu para o resultado do ano, e a geração eólica cresceu 1,2%, mas apesar do melhor desempenho dos ventos, as condições estruturais do sistema obrigaram o ONS a restringir a geração de parques eólicos, o que afetou a energia gerada no ano.

O portfólio da CPFL Renováveis é de 3.023 MW de capacidade instalada em operação, compreendendo 2 UHEs (830 MW), 49 parques eólicos (1.391 MW), 46 PCHs e CGHs (472 MW), 7 usinas termelétricas a biomassa (330 MW) e 1 usina solar (1 MW).

Estamos constantemente avaliando novas oportunidades para explorar investimentos em projetos de geração. Contamos com um pipeline de 4.399 MW de projetos em desenvolvimento para os próximos anos e atualmente possuímos um projeto em construção: PCH Lucia Cherobim, com 28,0 MW de capacidade instalada, localizada no estado do Paraná, com entrada em operação prevista para o 4T24.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R\$ 3.902 milhões em 2023, representando um aumento de 1,3% (R\$ 49 milhões). As deduções da receita operacional foram de R\$ 262 milhões em 2023, alta de 1,6% (R\$ 4 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 3.640 milhões em 2023, um aumento de 1,2% (R\$ 45 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): o EBITDA foi de R\$ 2.742 milhões em 2023, representando um aumento de 3,3% (R\$ 87 milhões), devido ao (i) aumento de 1,2% (R\$ 45 milhões) na receita líquida, (ii) redução de 14,6% (R\$ 63 milhões) no custo com energia elétrica e encargos. Estes efeitos foram parcialmente compensando pelo aumento de 4,0% (R\$ 20 milhões) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, outros custos/despesas operacionais e entidade de previdência privada), conforme abaixo:

- * Aumento de 20,9% (R\$ 45 milhões) nas despesas com serviços de terceiros;
- * Aumento de 60,4% (R\$ 17 milhões) nas despesas com material;
- * Redução de 29,3% (R\$ 33 milhões) em outros custos/despesas operacionais;
- * Redução de 5,2% (R\$ 8 milhões) nas despesas com pessoal;
- * Redução de 39,2% (R\$ 2 milhões) nas despesas com entidade de previdência privada.

Além desses efeitos, a equivalência patrimonial apresentou redução de R\$ 1 milhão.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA*			
	2023	2022	
Lucro Líquido	1.382.380	1.316.306	
Depreciação e Amortização	670.541	692.149	
Amortização Mais-Valia de Ativos	62	62	
Resultado Financeiro	433.297	453.967	
Contribuição Social	73.476	56.868	
Imposto de Renda	182.104	135.518	
EBITDA*	2.741.860	2.654.511	

*Conforme Resolução CVM nº 156/22
Lucro líquido: a CPFL Renováveis apurou lucro líquido de R\$ 1.382 milhões em 2023, representando um aumento de 5,0% (R\$ 66 milhões), refletindo: (i) o aumento de 3,3% (R\$ 87 milhões) no EBITDA; (ii) redução de 3,1% (R\$ 22 milhões) na depreciação e amortização; e (iii) redução de 4,6% (R\$ 21 milhões) nas despesas financeiras líquidas. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de 31,1% (R\$ 54 milhões) nas contas de imposto de renda e contribuição social.

Endividamento: no final de 2023, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Renováveis atingiu R\$ 3.920 milhões, um aumento de 7,2%.

5. INVESTIMENTOS

Em 2023, foram investidos R\$ 426 milhões, destinados principalmente à construção da PCH Lucia Cherobim e manutenção de usinas e parques eólicos.

6. ASPECTOS ESG (AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA)

A CPFL Renováveis desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.
Plano ESG 2030: aprovado em novembro como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em quatro pilares: Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O plano se desdobra em 23 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Plataforma de Sustentabilidade: ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.
Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em

processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.
Mudanças do Clima: estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: www.cpfl.com.br/i > Governança e Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

Gestão ambiental: nosso modelo de negócio demanda uma ampla capacidade de gestão dos impactos ambientais. As diretrizes e os processos que adotamos são unificados no Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que assegura a conformidade de todas as operações com as licenças ambientais e direciona os investimentos que agregam valor para toda a cadeia produtiva.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE): o Programa de Integridade do Grupo CPFL formaliza o compromisso com os valores éticos que permeiam suas ações e negócios, sendo composto por 4 dimensões que visam seu aprimoramento contínuo e evidenciam o tom e a prática da alta administração: (i) desenvolvimento, orientação e revisão de normas, com destaque para o Código de Conduta Ética; (ii) treinamentos, ações de comunicação, campanhas de sensibilização e engajamento para públicos internos e externos; (iii) apuração de denúncias, diligências e outros processos de avaliação de riscos; e, (iv) monitoramento de indicadores, avaliações pelo Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET) e reporte dos resultados do Programa de Integridade. O Programa conta, ainda, com um canal de ética gerido por uma empresa externa e independente, e um processo de apuração de registros éticos que garante o sigilo, anonimato e não retaliação do denunciante de boa fé. Dentre as ações executadas no decorrer de 2023, temos como principal destaque a manutenção da Certificação ISO 37001 - Sistema de Gestão Antissuborno que atesta o alto padrão de governança e transparência com que o Grupo CPFL conduz suas atividades. Além disso, enfatizamos a nota máxima no quesito Ética nos Negócios do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3); a revisão do Código de Conduta Ética para Fornecedoros, bem como da Instrução do Programa de Integridade, e ainda; treinamentos sobre temas do Programa de Integridade para colaboradores e fornecedores; a aplicação do formulário de conflito de interesses para especialistas, coordenadores e cargos gerenciais e acima, a disponibilização do primeiro Game de Integridade e 12 Conversas Mensais de Integridade, das quais destacamos os temas "Política Anticorrupção e fomento da cultura de integridade", "Assédio moral e tratamento desrespeitoso", "Assédio sexual e importunação sexual", e "Código de Conduta Ética para fornecedores", dentre outras ações de comunicação; além de apurações de denúncias, avaliações de riscos e emissão de pareceres de *due diligence* e *background check*.

Relacionamento com a Comunidade: entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Renováveis atua, em 2023 destacam-se: (i) **CPFL Jovem Gerador:** foram executados projetos de transformação social através da cultura e esporte, através de projetos voltados para a redução dos níveis de vulnerabilidade social entre crianças e jovens das comunidades parceiras do grupo, beneficiando cerca de 1.000 crianças e jovens das comunidades parceiras do grupo; (ii) **CPFL Intercâmbio Brasil-China (programação presencial e digital - alcance nacional):** foram executados projetos que visam as trocas culturais, fortalecendo os diálogos entre os dois países. Ao todo, a frente atingiu 813 mil espectadores; (iii) **Círculo CPFL:** através da frente Círculo CPFL, levamos cinema movido a energia solar, alcançando mais de 2 mil espectadores; (iv) **Café Filosófico CPFL (programação digital - alcance nacional):** realizamos 33 gravações em nosso estúdio e 2 gravações especiais comemorativas uma em Porto Alegre e outra em Campinas. Ao todo, ao longo de 2023, foram 154 exibições dos programas Café e Café Expresso na TV Cultura e no Youtube; e (v) **Voluntariado:** o programa atendeu 2 ONGs ao longo do ano.
Gestão de Recursos Humanos: em 2023, treinamos 231 colaboradores da base ativa. Foram 939 horas treinadas. Também está em andamento o treinamento para a comunidade, com Escola Indígena para formação de eletricitista auxiliar de manutenção. Será 1 turma, 20 participantes até o momento.

7. AUDITORES INDEPENDENTES

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") foi contratada pela CPFL Renováveis para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

	Natureza
Asseguração de covenants financeiros	
Serviços de compliance tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)	
Revisão da ECD Contábil do ano calendário	
A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.	
Em linha com o previsto pela Resolução CVM 162/22, a administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e "extra-auditória". Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo de tais processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.	

8. AGRADECIMENTOS

A Administração da CPFL Renováveis agradece às empresas com as quais desenvolve seus negócios, aos seus fornecedores e às comunidades em que atua, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2023. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas.

A Administração
Para mais informações sobre o desempenho desta empresa do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/i.

Demonstração do Resultado

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	2020.240	(200.240)	(623.002)	(809.509)
Custo com energia elétrica	(131.789)	(131.789)	(48.238)	(511.855)
Custo com operação	(200.820)	(200.240)	(623.002)	(809.509)
Despesas gerais e administrativas	(64.148)	(68.451)	(334.847)	(297.651)
Lucro operacional bruto	1.380.594	1.247.798	2.446.374	2.351.512
Despesas operacionais	343	(558)	(178)	(15.043)
Despesas com vendas	388	(558)	(132)	(15.043)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(45)	(40.431)	(46)	(186.500)
Outras despesas com vendas	(45.684)	(11.364)	(235.401)	(186.500)
Despesas gerais e administrativas	(62.143)	(11.364)	(14.009)	(12.746)
Depreciação e amortização	(39.451)	(29.067)	(221.392)	(173.754)
Outras despesas gerais e administrativas	(57.830)	(69.264)	(137.048)	(186.226)
Amortização de intangível de concessão	(64.431)	(64.431)	(168.377)	(167.547)
Outras despesas operacionais	6.601	(4.833)	31.329	(18.679)
Resultado do serviço	1.287.442	1.137.547	2.073.747	1.963.743
Resultado de participações societárias	690.844	743.776	(2.490)	(1.444)
Resultado financeiro	(436.099)	(461.854)	(433.297)	(453.967)
Receitas financeiras	48.325	42.652	144.585	136.001
Despesas financeiras	(484.425)	(504.506)	(577.882)	(589.968)
Lucro antes dos tributos	1.542.187	1.419.467	1.637.960	1.508.332
Contribuição social	9	(48.124)	(73.476)	(56.868)
Imposto de renda	9	(134.040)	(192.044)	(182.164)
Lucro líquido do exercício	1.360.024	1.292.264	1.382.380	1.316.306
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores			1.360.024	1.292.264
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores			22.356	24.042
Lucro por ação atribuído aos acionistas controladores			2,29	2,18

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	2020.240	(200.240)	(623.002)	(809.509)
Custo com energia elétrica	(131.789)	(131.789)	(48.238)	(511.855)
Custo com operação	(200.820)	(200.240)	(623.002)	(809.509)
Despesas gerais e administrativas	(64.148)	(68.451)	(334.847)	(297.651)
Lucro operacional bruto	1.380.594	1.247.798	2.446.374	2.351.512
Despesas operacionais	343	(558)	(178)	(15.043)
Despesas com vendas	388	(558)	(132)	(15.043)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(45)	(40.431)	(46)	(186.500)
Outras despesas com vendas	(45.684)	(11.364)	(235.401)	(186.500)
Despesas gerais e administrativas	(62.143)	(11.364)	(14.009)	(12.746)
Depreciação e amortização	(39.451)	(29.067)	(221.392)	(173.754)
Outras despesas gerais e administrativas	(57.830)	(69.264)	(137.048)	(186.226)
Amortização de intangível de concessão	(64.431)	(64.431)	(168.377)	(167.547)
Outras despesas operacionais	6.601	(4.833)	31.329	(18.679)
Resultado do serviço	1.287.442	1.137.547	2.073.747	1.963.743
Resultado de participações societárias	690.844	743.776	(2.490)	(1.444)
Resultado financeiro	(436.099)	(461.854)	(433.297)	(453.967)
Receitas financeiras	48.325	42.652	144.585	136.001
Despesas financeiras	(484.425)	(504.506)	(577.882)	(589.968)
Lucro antes dos tributos	1.542.187	1.419.467	1.637.960	1.508.332
Contribuição social	9	(48.124)	(73.476)	(56.868)
Imposto de renda	9	(134.040)	(192.044)	(182.164)
Lucro líquido do exercício	1.360.024	1.292.264	1.382.380	1.316.306
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores			1.360.024	1.292.264
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores			22.356	24.042
Lucro por ação atribuído aos acionistas controladores			2,29	2,18

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	2020.24			

→ continuação

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo de atuar como *holding* e explorar empreendimentos de geração de energia elétrica, tem como principais atividades: investir no capital social de sociedades no segmento de energias renováveis; identificar e desenvolver potenciais de geração de energia e explorar os recursos potenciais, incluindo a geração de energia elétrica; e comercializar energia elétrica gerada pelos empreendimentos detidos pela Companhia. A sede administrativa está localizada na Rua Jorge de Queiroz Corrêa, 1.632, Jardim Professora Tarclia, Campinas - São Paulo. A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas e empreendimentos controlados em conjunto:

Empreendimento	Capacidade (MW)	Localização	Início da concessão ou outorga	Prazo concessão
Geração hídrica				
Barra Grande	690,0	Anita Garibaldi (SC)/ Esmeralda (RS)	(ii)	(ii)
Chimay Empreendimentos e Participações Ltda.	38,1	(iv)	(iv)	(iv)
Companhia Hidroelétrica Figueirópolis S.A.	19,4	Indiavaí (MT)	05/2004	02/2045
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda.	7,0	(iii)		
Energética Novo Horizonte Ltda.	23,0	Campina Grande do Sul (PR)	11/2002	05/2036
Jaydayti Empreendimentos e Participações Ltda.	39,5	(iv)	(iv)	(iv)
Lavrinha	0,3	São Miguel Arcanjo (SP)	06/2013	(ii)
Ludesa Energética S.A.	30,0	Ipaçuá (SC)	12/2002	02/2041
Mata Velha Energética Ltda. Mohini Empreendimentos e Participações Ltda.	24,0	Cabeceira Grande/ Unai (MG)	05/2002	09/2032
Pinheirinho (i)	0,6	(iv)	(iv)	(iv)
Rio do Peixe (i)	18,1	Monte Santo de Minas (MG) São José do Rio Pardo (SP)	08/2013	Indeterminado
Santa Alice (i)	0,6	Rio Pardo (SP)	06/2013	Indeterminado
Santa Luzia Energética Ltda. (vi)	28,5	Chapeçó (SC)	12/2007	10/2049
São José (i)	0,8	São Miguel Arcanjo (SP)	06/2013	Indeterminado
São Sebastião (i)	0,7	Arceburgo (MG)	08/2013	Indeterminado
Serra da Mesa (vii)	1.275,0	Cavalante e Minaçu (GO)	11/2004	05/2046
SPE Alto Irani Energia S.A.	21,0	Arvoredo (SC)	10/2002	09/2035
SPE Arvoredo Energia S.A.	13,0	Arvoredo (SC) Açucena/	11/2002	07/2044
SPE Barra da Paciência Energia Ltda.	23,0	Gonzaga (MG)	12/1999	03/2048
SPE Boa Vista 2 Energia Ltda.	29,9	Varginha (MG)	11/2015	05/2051
SPE Cherobim Energia Ltda.	28,0	Lapa (PR)	01/2019	(v)
SPE Cocaíis Grande Energia Ltda.	10,0	Dias (MG) Açucena/	12/1999	12/2042
SPE Corrente Grande Energia Ltda.	14,0	Gonzaga (MG)	01/2000	02/2048
SPE Ninho da Água Energia Ltda.	10,0	Dellim Moreira (MG) Frei Inocêncio/	12/1999	01/2048
SPE Paiol Energia Ltda.	20,0	Mathias Lobato (MG)	08/2002	03/2047
SPE Palano Alto Energia S.A.	16,0	Faxinal dos Guedes (SC)	11/2002	04/2041
SPE Sãto Góes Energia Ltda.	20,0	Tangará (SC)	08/2010	03/2048
SPE São Gonçalo Energia Ltda.	11,0	São Gonçalo do Rio Abaixo (MG)	01/2000	06/2047
SPE Varginha Energia Ltda.	9,0	Chaíle/ Mantimento (MG)	12/1999	06/2046
SPE Várzea Alegre Energia Ltda.	7,5	Conceição do panema (MG)	12/1999	03/2048
Turinho (i)	0,8	São Miguel Arcanjo (SP)	06/2013	Indeterminado

Geração de energia a partir de Biomassa

CPFL Bio Buriil Ltda.	74,3	Burizilful (SP)	12/2010	07/2041
CPFL Bioenergia Ltda.	45,0	Pirassununga (SP)	09/2009	08/2040
CPFL Bio Ester Ltda.	40,0	Cosmópolis (SP)	05/1999	06/2040
CPFL Bio Formosa Ltda.	40,0	Baía Formosa (RN)	05/2002	05/2032
CPFL Bio Ipê Ltda.	25,0	Nova Independência (SP)	05/2010	05/2042
CPFL Bio Pedra Ltda.	70,0	Serrana (SP)	02/2011	02/2046
SPE Bio Alvorada Ltda.	50,0	Araporã (MG)	10/2012	11/2043
SPE Bio Coopcana Ltda.	50,0	São Carlos do Ivaí (PR)	02/2012	08/2043
Geração de energia eólica				
Atlântica I Parque Eólico Ltda.	30,0	Palmares (RS)	02/2011	07/2048
Atlântica II Parque Eólico Ltda.	30,0	Palmares (RS)	03/2011	03/2046
Atlântica IV Parque Eólico Ltda.	30,0	Palmares (RS)	03/2011	03/2046
Atlântica V Parque Eólico Ltda.	30,0	Palmares (RS)	03/2011	03/2046
Bons Ventos (i)	50,0	Aracati (CE)	03/2003	03/2033
Campo dos Ventos I Energias Renováveis Ltda.	25,2	João Câmara (RN)	03/2013	06/2046
Campo dos Ventos II Energias Renováveis Ltda.	30,0	João Câmara (RN)	04/2011	04/2046
Campo dos Ventos III Energias Renováveis Ltda.	25,2	João Câmara (RN)	03/2013	05/2046
Campo dos Ventos IV Energias Renováveis Ltda.	25,2	Parazinho (RN)	03/2013	06/2046
CANOS Quebrada (i)	57,0	Aracati (CE)	12/2002	12/2032
DESA Euris I Ltda.	30,0	João Câmara (RN)	04/2011	04/2046
DESA Euris III Ltda.	30,0	João Câmara (RN)	04/2011	04/2046
DESA Morro dos Ventos I Ltda.	28,8	João Câmara (RN)	07/2010	07/2045
DESA Morro dos Ventos II Ltda.	29,2	João Câmara (RN)	06/2012	06/2047
DESA Morro dos Ventos III Ltda.	28,8	João Câmara (RN)	08/2010	08/2045
DESA Morro dos Ventos IV Ltda.	28,8	João Câmara (RN)	08/2010	08/2045
DESA Morro dos Ventos VI Ltda.	28,8	João Câmara (RN)	07/2010	07/2045
DESA Morro dos Ventos IX Ltda.	30,0	João Câmara (RN)	07/2010	07/2045
Enacel (i)	31,5	Aracati (CE)	11/2002	11/2032
Eólica Paracuru Geração				
Comercialização de Energia Ltda.	25,2	Paracuru (CE)	08/2002	11/2038
Energias Renováveis Ltda.	8,0	Parazinho (RN)	08/2010	08/2045
Icarazinho (i)	54,6	Amontada (CE)	08/2002	08/2032
Pedra Cherosa I Energia Ltda.	25,2	Itarema (CE)	08/2014	08/2049
Pedra Cherosa II Energia Ltda.	23,1	Itarema (CE)	07/2014	07/2049
Praia Formosa (i)	105,0	Camocim (CE)	06/2002	06/2032
Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia Ltda.	13,7	Aracati (CE)	06/2002	06/2032
Santa Clara I Energias Renováveis Ltda.	30,0	Parazinho (RN)	07/2010	07/2045
Santa Clara II Energias Renováveis Ltda.	30,0	Parazinho (RN)	08/2010	08/2045
Santa Clara III Energias Renováveis Ltda.	30,0	Parazinho (RN)	07/2010	07/2045
Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda.	30,0	Parazinho (RN)	10/2010	10/2045
Santa Clara V Energias Renováveis Ltda.	30,0	Parazinho (RN)	07/2010	07/2045
Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda.	17,7	Touros (RN)	01/2019	01/2054
Santa Mônica Energias Renováveis Ltda.	29,4	Touros (RN)	04/2014	12/2046
Santa Úrsula Energias Renováveis Ltda.	27,3	Touros (RN)	03/2014	11/2046
São Benedito Energias Renováveis Ltda.	29,4	São Miguel do Gostoso (RN)	03/2014	08/2046
São Domingos Energias Renováveis Ltda.	25,2	Gostoso (RN)	03/2015	08/2046
SLIF Círculo Geração e Comercialização de Energia Ltda.	25,2	Berberibe (CE)	06/2002	01/2039
SPE Costa Branca Energia S.A.	20,7	João Câmara (RN)	10/2011	10/2046
SPE Costa das Dunas Energia S.A.	28,4	Touros (RN)	01/2019	01/2054
SPE Farol de Touros Energia S.A.	24,8	Touros (RN)	01/2019	01/2054
SPE Gamaleira Energia Ltda.	17,7	Touros (RN)	01/2019	01/2054
SPE Jureia Branca Energia S.A.	10,6	Touros (RN)	01/2019	01/2054
SPE Jurema Energia S.A.	16,1	João Câmara (RN)	09/2011	09/2046
SPE Macacos Energia S.A.	20,7	João Câmara (RN)	09/2011	09/2046
SPE Preta Energia S.A.	20,7	João Câmara (RN)	10/2011	10/2046
Taliba Albatroz (i)	16,5	Amarante (CE)	12/2002	11/2038
Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis Ltda.	29,4	São Miguel do Gostoso (RN)	03/2014	10/2046
Ventos de São Martinho Energias Renováveis Ltda.	14,7	Touros (RN)	03/2014	11/2046

Geração de energia fotovoltaica

SPE CPFL Solar Energia S.A.	1,0	Campinas (SP)		
i) Empreendimentos alocados na Holding da CPFL Renováveis; ii) A Usina de Barra Grande é um empreendimento controlado em conjunto com a Energética Barra Grande S.A. ("BAESA"), com participação de 25,01%, sendo esta uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com potência instalada de 690MW. As três unidades geradoras, com capacidade de 230MW cada, entraram em operação comercial entre 2005 e 2006. O prazo de concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o poder concedente estabelecer; (i) A CPFL Sul Centrais detém a exploração das seguintes usinas: Diamante em Nortelândia (MT), Andorinhas em Ituiú (RS), Guaporé em Guaporé (RS), Pirapê em Roque Gonzáles (RS) e Saltinho em Muitos Capões (RS), com início de outorga em 2005 e prazo indeterminado de concessão, exceto a Usina Diamante que possui prazo até 2027; iv) A Companhia detém concessões de usinas no estado de São Paulo, através das seguintes empresas: i) Chimay com as usinas de Buriis em Burizilful, Capão Preto em São Carlos, Chitarrão em Araraquara, Dorados e Gavião Peixoto em Nupuranga, Esmêril em Patrocínio Paulista, Lençóis em Macatuba e São Joaquim em Guará; ii) Mohini com as usinas de Eloy Chaves e Pinal em Espírito Santo do Pinal, Jaguari em Pedreira, Molinho em São Carlos e Socorro em Socorro; (iii) Jaydayti com as usinas de Americana em Americana, Salto Grande em Campinas, Santana em São Carlos e Três Saltos em Torrinhã, com início de outorga em 1997 e prazo de concessão até 2029; v) SPE Cherobim Energia Ltda. ("Lucia Cherobim") está em fase de construção, com início de operação previsto para janeiro de 2024, cuja potência instalada prevista é de 28,0 MW; vi) SPE Santa Luzia Alto está em fase de desenvolvimento, cuja capacidade de energia instalada prevista é de 2,85 MW; vii) A CPFL Renováveis (<i>holding</i>) detém parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins (GO). A concessão e a operação pertencem à Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"). Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas, ficou assegurada à CPFL Renováveis a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275MW, resultando em 657MW; e da energia assegurada de 637,5MW médios, resultando em 328 MW médios; 1.1 Sazonalidade: A receita operacional e os custos de geração de alguns segmentos da Companhia sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano, com as seguintes características: • Geração hídrica: o período de chuvas favorece a geração das regiões Sudeste e Centro-Oeste no 1º e 4º trimestres, enquanto no Sul, o período de chuvas favorece a geração no 2º e 3º trimestres. Além disto, os efeitos na contabilização das receitas das PCHs, CGHs e UHEs são consequência da garantia física de cada usina, sazonalizada, a qual é registrada na CCEE. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"). A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física, é valorada através da Tarifa de Energia de Otimização ("TEO"), que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional é contabilizada mensalmente para cada gerador. Por fim, caso as usinas do MRE não gerem o somatório das garantias físicas, por condições hidrológicas desfavoráveis, todas as usinas rateiam a diferença valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"), este élet é definido como <i>Generation Scaling Factor</i> ("GSF"). Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas não possuem nenhuma participação em geração de energia a partir de Biomassa: a safra da cana-de-açúcar na região Sudeste inicia-se em abril e tem seu término previsto para novembro, em contrapartida na região Nordeste tem seu ciclo de produção entre agosto e março do ano posterior; • Geração de energia eólica: a menor velocidade média dos ventos no 1º semestre impacta diretamente nas quantidades de energia gerada; 1.2 Mudanças Climáticas CPFL: Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, a CPFL Energia declara seu compromisso com o Objetivo do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). Anualmente, a Companhia realiza o Inventário de Emissões de GEE com base na metodologia GHG Protocol. Faz as medições e divulgação dos três escopos do inventário, sendo elas: • Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pela companhia; • Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas à compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia; • Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor. A Companhia considera em sua estratégia o Plano EBC 2050 (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Gerar energia 100% renovável até 2030; (ii) Ser carbono neutro a partir de 2025, reduzindo 56% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 a 2030; e (iii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de I-RECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono. Na publicação "Nossa jornada contra as mudanças climáticas" a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para a Companhia, de acordo com a metodologia <i>Task Force for Climate-related Financial Disclosures</i> - TCFD (Força-Tarefa sobre				

CPFL Energias Renováveis S.A. - CNPJ nº 08.439.659/0001-50**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima:

1. Neutralização em 2026 referente ao Inventário de GEE 2025. 1.3 **Capital circulante líquido negativo:** Em 31 de Dezembro de 2023, a Controladora apresentou nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 3.352.824 e R\$ 3.273.341, principalmente em função de vencimentos contratuais de mútuo em empresa do grupo, os quais estão em avaliação para eventual renovação. O Grupo tempestivamente monitora o capital circulante líquido e sua geração de caixa para quitar suas dívidas, entre elas os dividendos, bem como as projeções de fluxo de caixa, suportam e viabilizam o plano de redução ou reversão deste capital circulante líquido.

2. REPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 **Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade ("IFRS" ou *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia e suas controladas ("CPFL Renováveis") também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 26 de fevereiro de 2024. 2.2 **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas sendo como base o método de custo para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 32 de Instrumentos Financeiros. 2.3 **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a maiores graus de incertezas e que possam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 7 - Consumidores, concessionárias e Nota 16 - Empréstimos e financiamentos; permissórias;
- Nota 18 - Entidade de previdência privada;
- Nota 9 - Créditos e débitos fiscais diferidos;
- Nota 20 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais; e
- Nota 11 - Outros ativos;
- Nota 32 - Instrumentos Financeiros - derivativos.
- Nota 13 - Imobilizado;
- Nota 14 - Intangível;

2.4 **Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. 2.5 **Informações por segmento:** Um segmento operacional é um componente da Companhia e sua controlada cuja performance é avaliada de maneira semelhante em termos de despesas (i) cujos resultados operacionais são regularmente ajustados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento e (ii) para o qual haja informações financeiras individualizadas. Os executivos da Companhia utilizam-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em (i) atividades de geração e comercialização de energia elétrica por fontes renováveis. A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas considerando somente um segmento operacional, o de geração e comercialização de energia elétrica, gerada e comprada por meio de contratos de longo prazo, que representam integralmente a receita total da Companhia e suas controladas, uma vez que a natureza dos serviços e processos de produção, categoria de clientes e dos serviços, métodos de distribuição e comercialização e outros aspectos, como o ambiente regulatório, são os mesmos para os diversos tipos de usinas (hídrica, biomassa, eólica e solar). Adicionalmente, não existe contrato separado para nenhuma usina. E desta forma que a Administração e o Conselho de Administração da Companhia, em suas avaliações da performance das usinas, avaliam os recursos necessários. 2.6 **Informações sobre participações societárias:** As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e empreendimento controlado em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1. Exceto pela empresa BAESA que é registrada por equivalência patrimonial, as demais entidades não são consolidadas de forma integral. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros detida nas controladas Baixa Verde, Cajueiro, Costa das Dunas, Farol de Touros, Navegantes, Costa Branca, Juremas, Macacos, Pedra Preta e Ludesa. 2.7 **Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou as demonstrações do "valor adicionado" ("DVA") individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras em *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados. 3.1 **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação pela Companhia no prazo de validade do instrumento, com prazo de curto prazo. A determinação da composição do caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores. 3.2 **Instrumentos financeiros:** Ativos financeiros - Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo financeiro são extintos. Os ganhos e perdas de um ativo financeiro são reconhecidos no período subsequente e ganhos e perdas: **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR):** esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado:** estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** esses ativos são mensurados ao valor justo subsequentemente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação. **Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente a recuperação de custo do investimento). A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em conjunto com o risco de crédito, um fluxo de caixa mensurado ao custo amortizado. O custo do ativo principal em aberto. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes em vez de no resultado por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota 32). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual os fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento do principal e juros sobre o principal são avaliados. A avaliação do modelo de negócios considera as condições de mercado e as condições consideradas incluem as políticas e objetivos espulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se: - a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e as condições em que aqueles riscos são gerenciados; e • a maneira pela qual os fluxos de caixa são mensurados por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e a maneira pela qual os custos de aquisição, construção ou formação obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante a duração da operação de compra e venda de outros ativos financeiros de caixa contratuais obtidos; por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxa variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa e custos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). Para as transações de compra e venda de energia realizada pelas controladas de comercialização, a Companhia mantém a política contábil definida conforme estratégia de negócios com instrumentos mensurados ao custo amortizado, os quais referem-se aos contratos já celebrados e ainda mantidos com a finalidade de recebimento ou entrega de energia de acordo com os requisitos esperados pela companhia relacionados à compra ou venda. As transações geralmente são de longo prazo e nunca são liquidadas pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro e, mesmo na eventualidade de algum contrato possuir flexibilidade, a estratégia do portfólio da Companhia não é alterada por esta opção. • Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem: (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuída a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes. (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis a transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método

CPFL Energias Renováveis S.A. - CNPJ nº 08.439.659/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Títulos e valores mobiliários				
Através de fundos de investimentos	31.889	1.121	208.473	208.886
Total	31.889	1.121	208.473	208.886

Em 31 de dezembro de 2023 representa valores aplicados em títulos de dívida pública e privada, Letra Financeira (LF) e Letra Financeira do Tesouro (LFT), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, acumulada para 2023 é de 100,38% do CDI (101,09% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

7. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	Vencidos	Total	Vencidos	Total
Circulante				
Operações realizadas CCEE				
Concessionárias e permissionárias	74.907	131.595	43	206.545
Total	74.907	131.595	44	206.546
PECLD			(46)	(583)
Total Circulante			206.500	231.966
Não Circulante				
Operações realizadas CCEE	6.381	–	6.381	6.694
Total não circulante	6.381	–	6.381	6.694

	Controladora		Consolidado	
	Saldos vencidos	até 90 dias	> 90 dias	Total
Circulante				
Operações realizadas CCEE	68.333	4.737	9.182	82.252
Concessionárias e permissionárias	153.478	242.684	2.400	398.562
Total	221.811	247.421	11.582	480.814
PECLD			(343)	(658)
Total circulante			480.471	484.764
Não circulante				
Operações realizadas CCEE	9.393	–	–	9.393
Total não circulante	9.393	–	–	9.393
Operações realizadas na CCEE - Refere-se à liquidação de operações financeiras de compra e venda de energia. Os valores reclassificados para o longo prazo referem-se à inadimplência, majoritariamente, dos agentes geradores que, através de liminares, estão pleiteando junto à CCEE compensações aos impactos financeiros sofridos devido do risco hidrológico. Concessionárias e permissionárias - Refere-se às provisões e faturas de vendas relacionadas à comercialização de energia elétrica. Os valores são contabilizados de acordo com o que está estabelecido nos contratos firmados entre as partes e obrigações regulatórias ligadas ao negócio. 7.1. Provisão Estimativa para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") : A PECLD é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 32. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no consolidado está demonstrada a seguir:				

	Controladora		Consolidado	
	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos
Saldo em 31/12/2021	(27)	(352)	(379)	(757)
Constituição de provisão, líquida	(556)	–	(556)	(280)
Recuperação de receita				(14.755)
Reversão de provisão, líquida	(583)	(352)	(935)	(658)
Saldo em 31/12/2022				
Recuperação de receita	(148)	–	(148)	(474)
Reversão de provisão, líquida	148	–	148	474
Saldo em 31/12/2023	(46)	(352)	(399)	(696)
Total circulante	(46)	(352)	(399)	(696)

8. TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Circulante				
Antecipações de Contribuição social sobre lucro líquido ("CSLL")	–	–	142	8
Antecipações de imposto sobre a renda das pessoas jurídicas ("IRPJ")	–	–	394	–
IRPJ e CSLL	11.770	6.985	26.925	17.416
IRPJ e CSLL a compensar (a)	11.770	6.985	27.461	17.424
Imposto sobre a renda retido na fonte ("IRRF") (b)	12.320	8.779	24.847	22.022
Imposto sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços ("ICMS")	–	–	748	6.257
Programa de integração social ("PIS")	4.499	3.267	8.312	6.374
Contribuição para financiamento da seguridade social ("COFINS") (c)	18.182	15.033	36.976	30.659
Instituto nacional da seguridade social ("INSS")	1	1	16	16
Outros	93	113	666	526
Outros tributos a compensar	35.095	27.941	77.074	67.200
Total circulante	46.865	34.926	104.535	84.624
Não Circulante				
Antecipações de CSLL	3.109	2.764	4.564	5.300
Antecipações IRPJ	40.347	41.850	76.103	95.331
IRPJ e CSLL a compensar (a)	43.456	44.614	80.667	100.631
ICMS	49	26	3.300	3.622
PIS	–	–	416	1.202
COFINS (c)	–	–	420	2.642
Outros	–	–	82	81
Outros tributos a compensar	49	26	4.218	7.547
Total não circulante	43.505	44.640	84.885	108.178

(a) IRPJ e CSLL a compensar - refere-se a créditos tributários gerados por pagamentos efetuados a maior de acordo com o regime de lucro real e crédito base negativa de exercícios anteriores. (b) IRRF refere-se a retenções sobre aplicações financeiras, retenções de órgãos públicos e de imposto de renda retido sobre mútuos, que não dependem de decisões judiciais ou administrativas para que sejam utilizadas. (c) PIS e COFINS - Refere-se a créditos retidos na fonte por órgãos públicos sobre a venda de energia e créditos tomados sobre encargos, materiais, serviços e sobre compra de energia.

9. CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1 Composição dos créditos e débitos fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Crédito (Débito) de CSLL				
Bases negativas	153.466	149.683	153.466	149.683
Diferenças temporariamente inaduetíveis/tributáveis	(86.520)	(99.793)	(204.584)	(227.329)
66.946	49.900	(51.118)	(77.646)	
Crédito (Débito) de IRPJ				
Prejuízos fiscais	426.808	416.260	426.808	416.260
Benefício fiscal do intangível incorporado	5.600	6.892	5.600	6.892
Diferenças temporariamente inaduetíveis/tributáveis	(240.335)	(277.174)	(567.963)	(631.141)
192.073	145.978	(135.555)	(207.989)	
Total	259.019	195.878	(186.873)	(285.635)
Total crédito fiscal	259.019	195.878	260.771	197.115
Total débito fiscal	–	–	(447.444)	(482.750)

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente inaduetíveis, benefício fiscal do intangível incorporado e bases negativas e prejuízos fiscais, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros. **9.2 Benefício fiscal do intangível incorporado:** Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre os intangíveis da incorporação societária, em 2007, da SEMESA S.A. pela CPFL Geração de Energia S.A., e após incorporação de ativos ocorrida em setembro de 2020, a Companhia passou a deter tal intangível, que está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPD 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) - Esclarecimentos sobre os métodos aceitados de depreciação e amortização durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 14. **9.3 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente inaduetíveis/tributáveis:**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Diferenças temporariamente inaduetíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas	149	415	149	415
Provisão relacionada a pessoal	502	1.395	502	1.395
Derivativo - regime de caixa	589	1.637	(1.588)	(4.410)
Marcação a mercado - derivativo	281	782	1.213	3.369
Marcação a mercado - dívidas	(210)	(583)	(1.180)	(3.278)
Depreciação acelerada incentivada	(13.099)	(36.385)	(16.688)	(46.355)
Outras diferenças temporárias	968	2.689	968	2.689

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Diferenças temporariamente inaduetíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas/Ganhos atuariais	(170)	(475)	158	439
Marcação a mercado - dívidas	(873)	(2.426)	(878)	(2.438)
Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído	(32.808)	(91.134)	(35.978)	(99.940)
Diferenças temporariamente inaduetíveis/tributáveis - combinação de negócio				
Impostos diferidos - ativo:				
Valor justo de ativo imobilizado (menos-valia de ativos)	10.023	27.840	11.210	31.139
Impostos diferidos - passivo:				
Mais-valia decorrente da apuração de custo atribuído	(11.741)	(32.615)	(11.741)	(32.615)
Intangível - direito de exploração/autorização	(40.131)	(111.475)	(45.930)	(127.583)
Total	(86.520)	(240.335)	(99.783)	(277.174)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Diferenças temporariamente inaduetíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas	149	415	149	415
Provisão relacionada a pessoal	502	1.395	502	1.395
Derivativos - regime de caixa	589	1.637	(1.588)	(4.410)
Marcação a mercado - derivativo	281	782	1.213	3.369
Marcação a mercado - dívidas	(210)	(583)	(1.180)	(3.278)
Depreciação acelerada incentivada	(13.099)	(36.385)	(16.688)	(46.355)
Outras diferenças temporárias	968	2.689	968	2.689

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Diferenças temporariamente inaduetíveis/tributáveis				
Perdas/Ganhos atuariais	(170)	(475)	158	439
Marcação a mercado - dívidas	(873)	(2.426)	(878)	(2.438)
Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído	(32.808)	(91.134)	(35.978)	(99.940)
Diferenças temporariamente inaduetíveis/tributáveis - combinação de negócio				
Impostos diferidos - ativo:				
Valor justo de ativo imobilizado (menos-valia de ativos)	10.023	27.840	11.210	31.139
Impostos diferidos - passivo:				
Mais-valia decorrente da apuração de custo atribuído	(11.741)	(32.615)	(11.741)	(32.615)
Intangível - direito de exploração/autorização	(40.131)	(111.475)	(45.930)	(127.583)
Total	(86.520)	(240.335)	(99.783)	(277.174)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Diferenças temporariamente inaduetíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas	149	415	149	415
Provisão relacionada a pessoal	502	1.395	502	1.395
Derivativos - regime de caixa	589	1.637	(1.588)	(4.410)
Marcação a mercado - derivativo	281	782	1.213	3.369
Marcação a mercado - dívidas	(210)	(583)	(1.180)	(3.278)
Depreciação acelerada incentivada	(13.099)	(36.385)	(16.688)	(46.355)
Outras diferenças temporárias	968	2.689	968	2.689

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Diferenças temporariamente inaduetíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas/Ganhos atuariais	(174)	(475)	158	439
Marcação a mercado - dívidas	(873)	(2.426)	(878)	(2.438)
Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído	(32.808)	(91.134)	(35.978)	(99.940)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
9.4 Expectativa do período de recuperação: A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, são decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa baseada nas projeções de resultados futuros. Sua composição é como segue:				
Impostos diferidos - ativo:				
Valor justo de ativo imobilizado (menos-valia de ativos)	13.404	37.235	14.592	40.533
Impostos diferidos - passivo:				
Mais-valia decorrente da apuração de custo atribuído	(15.767)	(43.799)	(16.056)	(44.602)
Intangível - direito de exploração/autorização	(157.550)	(437.314)	(172.542)	(478.958)
Total	(204.584)	(567.963)	(227.329)	(631.141)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
9.5 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2023 e 2022:				
Lucro antes dos tributos				
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Resultado de participações societárias	(690.845)	(690.845)	(743.776)	(743.776)
Outras adições permanentes, líquidas	7.055	8.637	57.104	57.229
Base de cálculo	858.398	859.980	732.795	732.920
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Débito fiscal apurado	(77.256)	(214.995)	(65.952)	(183.230)
Ajuste de créditos fiscais	29.132	80.955	32.085	89.893
Total	(48.124)	(134.040)	(33.866)	(93.337)
Corrente	(65.495)	(181.038)	(52.118)	(143.087)
Diferido	17.371	46.998	18.252	49.750

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes dos tributos				
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Resultado de participações societárias	2.490	2.490	1.444	1.444
Eleito regime lucro presumido	(518.072)	(607.059)	(595.727)	(683.675)
Outras adições permanentes, líquidas	22.607	24.189	83.373	83.439
Base de cálculo	1.144.986	1.057.581	997.422	909.540
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(103.049)	(264.395)	(89.768)	(227.385)
Ajuste de créditos fiscais	29.572	82.291	32.900	92.227</

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Investimento	Participação no Capital %	Controladora										Costa Branca		Costa das Dunas		Farol de Touros		Juremas		Macacos		Pedra Preta		Ludesa		Outros	
		2023		2023		2022		2023		2022		2023		2022		2023		2022		2023		2022		2023		2022	
		Total do Ativo	Capital Social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação	patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	
Eurus VI	100,00%	24.382	15.195	16.170	798	16.170	15.467	798	541																		
Farol de Touros	94,00%	127.305	57.469	66.909	4.297	61.181	58.183	4.102	5.692																		
Figueira Branca	100,00%	57.696	26.519	29.323	2.532	29.323	28.796	2.532	2.116																		
Gamelaíra	100,00%	86.264	40.647	43.296	3.740	43.296	36.618	3.740	5.373																		
Jayaditya Empreendimentos	100,00%	46.406	2.082	10.797	1.037	10.797	24.725	1.037	13.145																		
Juremas	95,00%	61.825	29.841	39.358	5.520	34.709	36.059	5.067	4.270																		
Macacos	95,00%	78.769	41.721	52.046	5.505	46.342	55.074	5.250	5.922																		
Mohini Empreendimentos	100,00%	62.855	8.015	15.059	1.986	15.059	37.442	1.986	33.391																		
Navegantes	95,00%	152	477	151	14	144	130	14	(5)																		
PCH Holding	100,00%	481.334	315.693	475.238	134.521	475.238	525.168	134.521	124.862																		
Pedra Cheirosa I	100,00%	162.917	127.000	132.230	751	132.230	132.734	752	134																		
Pedra Cheirosa II	100,00%	152.224	106.100	110.893	902	110.893	118.091	902	2.021																		
Pedra Preta	95,00%	73.746	36.469	58.381	10.479	51.176	57.158	9.900	8.941																		
Plano Alto	100,00%	45.550	3.341	21.768	29.652	21.768	37.978	29.652	27.952																		
Rosa dos Ventos	100,00%	57.791	15.740	49.279	23.243	49.263	36.036	23.228	17.435																		
Salto Góes	100,00%	104.501	76.400	101.725	18.417	101.725	101.506	18.417	17.465																		
Santa Clara I	100,00%	97.828	61.107	64.512	757	64.512	74.705	757	5.438																		
Santa Clara II	100,00%	74.202	39.898	43.265	948	43.265	56.297	948	5.014																		
Santa Clara III	100,00%	77.737	37.928	43.249	2.952	43.249	55.655	2.952	5.444																		
Santa Clara IV	100,00%	74.644	42.322	45.870	1.745	45.870	56.113	1.745	4.042																		
Santa Clara V	100,00%	78.606	40.298	44.999	2.839	44.999	55.261	2.839	4.171																		
Santa Clara VI	100,00%	77.121	44.974	48.445	2.098	48.445	56.261	2.098	2.951																		
Santa Cruz	100,00%	288.923	128.960	125.788	962	125.791	63.577	964	604																		
Santa Luzia	100,00%	169.136	89.314	164.979	27.319	164.978	173.077	27.319	27.808																		
SIIF Cinco	100,00%	85.656	42.662	71.135	31.962	70.944	67.327	31.771	23.231																		
Solar I	100,00%	1.416	500	1.039	23	1.039	1.016	23	77																		
Sul Centrais Elétricas	100,00%	27.416	14.183	20.064	1.621	20.064	18.442	1.621	647																		
Turbina 16	100,00%	1.044.653	876.475	1.044.600	85.321	1.044.600	1.099.963	85.321	81.276																		
Turbina 17	100,00%	59.344	51.901	52.852	644	52.852	52.716	645	536																		

Investimento pelo patrimônio líquido da controladora		2023		2022		2023		2022	
Participação no Capital %	Total do Ativo	Capital Social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação	patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial	2023	2022
	7.693.482	4.339.687	5.661.570	760.098	5.278.444	5.628.232	768.726	822.260	
Amortização do ativo, líquido de efeitos fiscais									
Amortização da mais-valia de ativos, líquido de efeitos fiscais									
Amortização de juros capitalizados									
Total					5.288.444	5.628.232	690.845	743.776	

A mais-valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da controladora, a amortização da mais-valia de ativos de RS 66.268 (RS 66.869 no ano de 2022) é classificada na rubrica "resultado de participações societárias", em consonância com o ICPD 09 (R2). No consolidado, o saldo de investimento corresponde à participação no empreendimento controlado em conjunto registrado pelo método de equivalência patrimonial:

Consolidado		2023		2023		2022		2023		2022			
Participação no Capital %	Total do Ativo	Capital Social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação	patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial	2023	2022	2023	2022		
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	25,0059%	1.066.811	398.381	454.375	(13.833)	113.621	127.288	(2.664)	(1.381)	113.621	127.288	(2.664)	(1.381)
Total						113.621	127.288	(2.664)	(1.381)	113.621	127.288	(2.664)	(1.381)

A movimentação, na controladora dos saldos de investimento em controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são:

Investimentos em 31/12/2022	Aumento/Redução de Capital	Outros	Controladora		Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos em 31/12/2023	Investimentos em 31/12/2023
			Amortização/Capitalização de Juros	Investimentos em 31/12/2022			
Alto Irani	-	-	-	39.121	(56.682)	29.929	
Atlântica I	-	-	-	11.050	(20.272)	61.315	
Atlântica II	-	-	-	9.337	(18.757)	59.920	
Atlântica IV	-	-	-	9.969	(20.678)	70.230	
Atlântica V	-	-	-	9.257	(18.371)	75.248	
BAESA - Energética Barra Grande	-	-	-	(2.664)	(11.003)	113.621	
Baixa Verde	532	-	-	38	-	570	
Bio Alvorada	96.344	-	-	639	(695)	98.288	
Bio Burti	43.361	-	-	(55.592)	(5.829)	(18.052)	
Bio Coopcana	103.352	-	-	14.865	(8.463)	109.554	
Bio Ester	66.787	-	-	25.615	(17.897)	74.505	
Bio Formosa	55.273	-	10.145	15.796	(13.848)	67.366	
Bio Ipê	16.671	-	-	(61)	(3.578)	20.730	
Bio Pedra	62.270	-	-	(249)	71.949	(12.802)	
Bioenergia	56.168	-	-	19.477	(19.278)	56.367	
Boa Vista 2	140.905	-	-	13.263	(2.000)	152.168	
Cachoeira Grande	135	-	-	13	-	148	
Cajuero	664	-	-	53	(28)	689	
Campos dos Ventos II	71.057	(7.000)	-	1.280	(165)	65.172	
Chimay	119.677	-	-	1.705	(32.000)	89.382	
Costa Branca	59.808	82	-	7.184	(13.557)	53.517	
Costa das Dunas	78.829	-	-	8.046	(4.323)	82.552	
Dobrevê Energia	985.212	(103.000)	-	119.145	(117.111)	884.246	
Eólica Paracuru	38.557	-	-	40.769	(38.539)	40.787	
Eurus VI	15.467	-	-	(23)	798	(72)	
Farol de Touros	58.183	-	-	4.102	(1.104)	61.181	
Figueira Branca	28.796	-	-	2.532	(2.005)	29.323	
Gamelaíra	56.618	(13.000)	-	3.740	(4.062)	43.296	
Jayaditya	24.725	-	-	1.037	(14.965)	10.797	
Juremas	36.059	97	-	5.067	(6.514)	34.709	
Macacos	55.074	111	-	5.250	(14.094)	46.342	
Mohini	37.442	-	-	1.986	(24.369)	15.059	
Navegantes	130	-	-	14	-	144	
PCH Holding	525.168	-	-	134.521	(184.451)	475.238	
Pedra Cheirosa I	132.734	-	-	752	(1.254)	132.230	
Pedra Cheirosa II	118.091	-	-	902	(8.100)	118.993	
Pedra Preta	57.158	99	-	9.900	(15.980)	51.176	
Plano Alto	37.978	-	-	29.653	(45.862)	21.768	
Rosa dos Ventos	36.036	-	-	23.228	(10.000)	49.263	
Salto Góes	101.506	-	-	18.417	(18.198)	101.725	
Santa Clara I	74.705	(10.000)	-	(239)	757	(711)	
Santa Clara II	56.297	(9.000)	-	(216)	948	(4.764)	
Santa Clara III	55.655	(10.000)	-	(186)	2.952	(5.172)	
Santa Clara IV	56.113	(8.000)	-	(147)	1.745	(3.841)	
Santa Clara V	55.261	(9.000)	-	(139)	2.539	(3.962)	
Santa Clara VI	56.261	(7.000)	-	(111)	2.098	(2.803)	
Santa Cruz	63.577	61.250	-	-	964	125.791	
Santa Luzia	173.077	-	-				

→ continuação

CPFL Energias Renováveis S.A. - CNPJ nº 08.439.659/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado		Taxa de amortização anual		Controladora					
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Saldo em 31/12/2022	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e MTM	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2023
Morro dos Ventos IV	50.926	(15.306)	35.620	37.270	3,24%	3,22%				
Morro dos Ventos VI	50.926	(15.306)	35.620	37.270	3,24%	3,22%				
Morro dos Ventos IX	53.150	(15.975)	37.175	38.897	3,24%	3,22%				
Ninho da Água	29.297	(19.956)	9.341	10.996	5,31%	5,31%				
Paiol	58.594	(34.943)	23.651	26.380	4,66%	4,66%				
Pedra Cheirosa I	25.945	(8.134)	17.811	19.062	4,82%	4,07%				
Pedra Cheirosa II	31.050	(7.316)	23.734	24.859	3,63%	3,43%				
Pedra Preta	53.990	(15.976)	37.414	39.053	3,07%	3,07%				
Plano Alto	127.249	(75.239)	52.010	58.070	4,76%	4,76%				
Rosa dos Ventos	67.741	(36.334)	31.407	35.102	5,45%	5,45%				
Salto Góes	55.442	(22.210)	33.232	35.235	3,61%	3,61%				
Santa Clara I	5.229	(1.818)	3.411	3.570	3,02%	3,02%				
Santa Clara II	5.229	(1.818)	3.411	3.570	3,02%	3,02%				
Santa Clara III	5.229	(1.818)	3.411	3.570	3,02%	3,02%				
Santa Clara IV	5.229	(1.818)	3.411	3.570	3,02%	3,02%				
Santa Clara V	5.229	(1.818)	3.411	3.570	3,02%	3,02%				
Santa Clara VI	5.229	(1.818)	3.411	3.570	3,02%	3,02%				
Santa Luzia	88.167	(34.129)	54.038	56.882	3,23%	3,23%				
Santa Mônica	5.963	(1.545)	4.418	4.636	3,66%	3,66%				
Santa Ursula	5.963	(1.545)	4.418	4.636	3,66%	3,66%				
Santo Dimas	5.963	(1.545)	4.418	4.636	3,67%	3,67%				
São Benedito	5.963	(1.563)	4.400	4.618	3,66%	3,66%				
São Domingos	5.963	(1.512)	4.451	4.659	3,50%	3,50%				
São Gonçalo	32.226	(21.854)	10.372	12.077	5,29%	5,29%				
São Martinho	5.963	(1.545)	4.418	4.636	3,66%	3,66%				
SLIF Cinco	139.766	(82.049)	57.717	64.507	4,86%	4,86%				
Varginha	26.367	(17.960)	8.407	9.808	5,31%	5,31%				
Várzea Alegre	21.973	(14.967)	7.006	8.173	5,31%	5,31%				
Total	2.266.964	(1.060.940)	1.205.924	1.301.168						

	Consolidado		Taxa de amortização anual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custo histórico	353.068	(205.601)	147.466	164.482
Amortização acumulada	227.113	(133.325)	93.788	104.822
Valor líquido	125.955	(72.276)	53.678	59.660

	Consolidado		Taxa de amortização anual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custo histórico	1.766.660	(1.143.605)	623.055	697.451
Amortização acumulada	4.033.524	(2.204.545)	1.828.979	1.998.619
Valor líquido	2.366.864	(1.339.940)	1.404.076	1.498.832

Intangível adquirido já incorporado - recomposto

Eólica de Icarazinho 353.068 (205.601) 147.466 164.482 4,82% 4,82%

Eólica de Formosa 227.113 (133.325) 93.788 104.822 4,86% 4,86%

BVP Geradora 760.029 (421.417) 338.612 374.993 4,79% 4,79%

Semesa 426.450 (383.262) 43.188 53.154 2,34% 2,34%

Total **1.766.660** **(1.143.605)** **623.055** **697.451**

4.033.524 **(2.204.545)** **1.828.979** **1.998.619**

O saldo dos intangíveis é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração dos empreendimentos, pelo método de amortização linear a partir da data de entrada em operação. 14.2 Teste de redução ao valor recuperável: Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2023 e 2022 não houve necessidade de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis da Companhia.

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Circulante	22.089	24.340	52.234	47.731
Suprimento de energia elétrica	3.846	3.173	14.550	13.855
Encargos de uso da rede elétrica	48.281	37.585	165.194	90.949
Materiais e serviços	74.216	65.099	231.978	152.535
Total	148.391	130.137	342.956	295.070

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Não circulante	6.138	7.007	46.322	37.924
Suprimento de energia elétrica	6.138	7.007	46.322	37.924
Total	12.276	14.014	92.644	75.848

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo em 31/12/2022	424.706	60.000	73.035	104.597
Amortização principal	(47.919)	(42.400)	(2.975)	(3.342)
Atualização monetária e MTM	33.676	7.402	1.014.597	1.116.655
Atualização cambial	10.970	3.856	2.278	37
Encargos	(20.838)	(7.229)	(6.196)	(6.196)
Saldo em 31/12/2023	409.524	21.833	1.032.166	1.116.655

Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado. Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado		Faixa de vencimento	Garantia
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022		
Mensuradas ao custo - Moeda nacional						
TJLP	261.904	60.108	143.830	60.108	2022 a 2039	
FINEM	261.904	60.108	143.830	60.108	2022 a 2039	
IPCA	60.108	80.000	143.830	60.108	2022 a 2044	
BNB	60.108	80.000	143.830	60.108	2022 a 2044	
FINEM	60.108	80.000	143.830	60.108	2022 a 2036	
CDI	60.108	80.000	143.830	60.108	2022 a 2036	
Empréstimos bancários	105%	105%	105%	105%	2016 a 2023	
IGP-M	8,63%	8,63%	8,63%	8,63%	2013 a 2023	
Empréstimos bancários	105%	105%	105%	105%	2016 a 2023	
IGP-M	8,63%	8,63%	8,63%	8,63%	2013 a 2023	
Total moeda nacional	374.678	437.771	374.678	437.771		
Mensuradas ao valor justo - Moeda estrangeira						
TJLP	456.503	456.503	456.503	456.503	2024 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória.
FINEM	456.503	456.503	456.503	456.503	2024 a 2039	
IPCA	456.503	456.503	456.503	456.503	2022 a 2044	
BNB	456.503	456.503	456.503	456.503	2022 a 2044	
FINEM	456.503	456.503	456.503	456.503	2022 a 2036	
CDI	456.503	456.503	456.503	456.503	2022 a 2036	
Empréstimos bancários	105%	105%	105%	105%	2016 a 2023	
IGP-M	8,63%	8,63%	8,63%	8,63%	2013 a 2023	
Empréstimos bancários	105%	105%	105%	105%	2016 a 2023	
IGP-M	8,63%	8,63%	8,63%	8,63%	2013 a 2023	
Total moeda estrangeira	913.006	913.006	913.006	913.006		
Total	1.287.684	1.350.777	1.287.684	1.350.777		

(*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo. Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratados em moeda estrangeira, possuem swap convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxas de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31. Taxa efetiva: a) De 60% a 110% do CDI e b) De 100% a 130% do CDI. Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 32. Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia, em consonância com o CPC 48 e IFRS 9, classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil. As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do período. Em 31 de dezembro de 2023, os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 3.329 (R\$ 18.733 em 31 de dezembro de 2022), que somados aos ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 3.985 (R\$ 19.249 em 31 de dezembro de 2022), contratados para proteção da variação cambial (nota 31), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 7.314 (R\$ 37.982 em 31 de dezembro de 2022). Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
2025	98.442	113.038	98.442	113.038
2026	53.196	67.996	53.196	67.996
2027	53.196	67.996	53.196	67.996
2028	53.196	67.996	53.196	67.996
2029 a 2033	71.710	146.585	71.710	146.585
2034 a 2038	33.752	108.968	33.752	108.968
2039 a 2043	-	47.091	-	47.091
2044 a 2048	-	1.493	-	1.493
Marcação a mercado	363.494	621.163	363.494	621.163
Total	1.151.771	1.151.771	1.151.771	1.151.771

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional, estão abaixo demonstrados:

Indexador	Consolidado		% da dívida	
	2023	2022	2023	2022
IGP-M	(3,18)	5,45	-	1,03
IPCA	4,62	5,79	25,23	18,30
TJLP	6,53	6,78	27,39	29,61
CDI	11,65	13,65	47,38	51,06
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

17. DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora/Consolidado		Saldo em 31/12/2022		Saldo em 31/12/2023	
	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e MTM	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e MTM	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e MTM
Mensuradas ao custo - Pós-fixado						
CDI	847.367	(673.673)	77.160	(86.262)	164.592	190.000
IPCA	323.455	(333.994)	29.574	(18.035)	-	-
Gastos com captação (*)	(6.315)	-	2.278	(37)	-	-
Total	1.164.507	(1.007.667)	106.012	(104.297)	164.555	190.000
Circulante	810.993	-	164.555	-	164.555	825
Não Circulante	353.514	-	-	-	-	190.000

(*) conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantia
	2023	2022		
CDI (a)	190.825	164.592	2028	Não existem
Custos de captação (*)	190.825	164.592	-	-
Total	381.650	329.184		

(a) De 107% a 109,75% do CDI. (*) conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas. Conforme segregado no quadro acima, a Companhia classifica suas debêntures na Controladora e no Consolidado como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com vencimentos programados conforme demonstrado abaixo:

Ano de vencimento	Consolidado	
	2023	2022
2024	825	825
2029	190.000	190.000
Total </		

→ continuação

CPFL Energias Renováveis S.A. - CNPJ nº 08.439.659/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresas	Ativo				Passivo				Receita		Despesa/Custo		Valores de mercado (contábil)				
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	Valor justo líquido	Valor a custo líquido	Perda na marcação a mercado	Moeda/indexador dívida	Moeda/indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
Alocação de despesas entre empresas																	
Entidades sob o controle da CPFL Energia	3.456	674	850	74	-	-	-	-	-	-	(4.978)						
Adiantamentos																	
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	60.565	58.285	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compra e venda de energia e encargos																	
Entidades sob o controle da CPFL Energia	81.325	77.694	-	-	513	966.130	1.003.725	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entidades sob o controle comum (controladas da Stade Grid Corporation of China)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado, materiais e prestação de serviços																	
Entidades sob o controle da CPFL Energia	1.120	1.098	3.005	1.663	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamento e aluguel																	
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	-	539	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contrato de mútuo																	
State Grid Brazil	-	-	2.639.042	2.355.825	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	6.106	24.283	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações																	
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	-	97.011	(46)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. No consolidado as principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramos da apólice*	2023	2022
Ativo Fixo	Riscos operacionais, lucros cessantes, riscos nomeados, riscos de engenharia e multirrisco	1.659.000	1.659.000
Transporte	Transporte nacional	84.422	26.616
Responsabilidade civil	Distribuidoras de energia elétrica	155.674	155.674
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	169.199	162.673
Garantia	Seguro garantia	898.883	994.598
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000	150.000
Total		3.117.178	3.148.560

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.
 Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas da Companhia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

31. GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem, principalmente geração de energia elétrica de fontes renováveis. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades de algumas controladas são reguladas pela ANEEL. **Estrutura do gerenciamento de risco:** Na Companhia, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho da Administração da CPFL Energia, Diretoria Executiva da CPFL Renováveis, Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e *Data Protect Officer* (DPO), bem como áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regula o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos. Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia: • Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia; • Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração; • Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos; • Deliberar sobre as propostas de alteração no Mapa Corporativo de Riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia; • Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem dos limites de risco propostos; e • Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Renováveis para saná-los. **Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração:** • Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento; • Acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reequacionamento das exposições aos limites de risco aprovados; • Orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento e; • Tomar conhecimento: (i) dos modelos de monitoramento dos riscos; (ii) das exposições aos riscos; e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos. **À Diretoria Executiva cabe:** • Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação; • Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação; • Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação; • Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia da Política de Gestão de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação; • Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos. **A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO é responsável por:** • Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos; • Identificar e documentar os riscos aos quais as empresas do Grupo CPFL estão expostas; • Desenvolver, em conjunto com os gestores dos negócios, modelos e/ou indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação e propostas de limite; • Monitorar periodicamente as exposições aos riscos e acompanhar a implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios; • Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa pela ultrapassagem de limite para a Diretoria Executiva da CPFL Energia; • Acompanhar e reportar status dos planos de mitigação sinalizados para reequacionamento das exposições aos limites aprovados; e • Avaliar o ambiente de controles internos das empresas do Grupo CPFL e interagir com os respectivos gestores dos negócios buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas. As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem: **Risco de taxa de câmbio:** Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira ou reduzindo parcela de receita decorrente da correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 31. **Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 32. **Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias. **Risco quanto à escassez de energia hídrica:** Este risco está associado a venda de energia produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Em 2021 se observou uma sequência de hidrologia desfavorável, sendo a pior do histórico para o período de abril a setembro. O que acarretou uma série de ações mitigatórias, pelo governo, quanto ao risco de suprimento. **Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento. **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros:** A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos. As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. **Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia e suas controladas suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Ativo	Nota explicativa	Categoria mensuração	Nível (*)	Controladora 2023		Consolidado 2023	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 1	96.937	96.937	474.765	474.765
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	31.889	31.889	208.473	208.473
Derivativos		(a)	Nível 2	5.709	5.709	5.709	5.709
Total				134.535	134.535	688.947	688.947
Passivo							
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (***)	15	(b)	Nível 2	366.610	366.610	639.918	642.871
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	15	(a)	Nível 2	374.679	374.679	374.679	374.679
Debêntures - principal e encargos (***)	16	(b)	Nível 2	190.825	190.825	190.825	190.825
Derivativos		(a)	Nível 2	19.529	19.529	1.224.951	1.227.904
Total				951.643	951.643	1.224.951	1,227.904

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo: (*) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, o consolidado apresentou uma perda de R\$ 15.403 em 31 de dezembro de 2023 (perda de R\$ 15.509 em 31 de dezembro de 2022); (***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)/IFRS 7. **Categoria/Mensuração:** (a) Valor justo contra o resultado; (b) Mensurados ao custo amortizado. A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento. Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são: • Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) mútuos entre coligadas, controladas e controladora, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) arrendamentos e, (v) serviços prestados a terceiros. • Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora, (iii) consumidores e concessionárias a pagar e (iv) contas a pagar de aquisição de negócios. Adicionalmente, não houve em 2022 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo. **a) Valorização dos instrumentos financeiros:** Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. **b) Instrumentos derivativos:** A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P Moody's ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e exercício de 2022 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas. A Companhia tem como política fornecer garantias financeiras para obrigações das suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia havia emitido garantias para certas instituições financeiras em relação às linhas de crédito concedidas às suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, conforme apresentado na nota 16. Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 15). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Diretoria

Xinjian Chen	Yuehui Pan	Francisco João Di Mase Galvão Junior	Rodolfo Colí da Cunha	Flavio Henrique Ribeiro
Diretor Presidente	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Diretor de Operação e Manutenção Hidrelétrica e Operação e Manutenção Eólica, Biomassa e Solar	Diretor Regulatório e de Gestão de Energia	Diretor Administrativo

Contabilidade

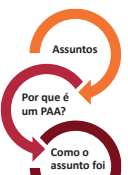
Ricardo Fernando Ferreira - Gerente de Serviços Contábeis - CRC 1SP21353/O-4

Conselho de Administração

Karin Regina Luchesi	Futao Huang	Eduardo dos Santos Soares
Presidente	Vice-presidente	Conselheiros
	Yunwei Liu	

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
CPFL Energias Renováveis S.A.
Opinião
 Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CPFL Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).
Base para opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais Assuntos de Auditoria
 Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA
Avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados (Nota 13)
 Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas possuem registrado em suas demonstrações financeiras consolidadas os montantes de R\$ 3.325.172 mil, referente a ativos imobilizados, os quais se referem, substancialmente, aos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com os contratos de concessão pública ou outorga. Para esses ativos, a Companhia avalia, ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que eles possam sofrer desvalorização (*impairment*). Havendo indicativo, a Companhia estima o seu valor recuperável. Para o ano de 2023, a administração identificou indicativos relacionados a cenários desfavoráveis para os negócios de algumas Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), o que gerou uma mudança na projeção de geração de caixa destas unidades, estimada em anos anteriores. O valor recuperável dessas UGCs foi calculado com base no valor em uso de cada unidade geradora de caixa, utilizando premissas do orçamento plurianual e informações de mercado disponíveis para a Companhia, não sendo identificadas perdas por *impairment* no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Consideramos a avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados como um dos principais assuntos de auditoria em virtude da magnitude do saldo e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado, tais como quantidade de energia, preços contratados e taxa de desconto. Variações nesses julgamentos e premissas podem produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração nas demonstrações financeiras consolidadas.
Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
 Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram, entre outros, a discussão com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados. Efetuamos entendimento sobre as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções dos fluxos de caixa, bem como analisamos as principais premissas utilizadas nas projeções. Com o apoio dos nossos especialistas internos em avaliação, verificamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa para determinadas UGCs com indicativos de *impairment*, bem como testamos a consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções tais como quantidade de energia, preços contratados e taxa de desconto, mediante a comparação com: (i) orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração, (ii) premissas e dados de mercado, e (iii) projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes. Efetuamos também análise de sensibilidade das projeções, considerando diferentes intervalos e cenários, e leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os critérios e premissas utilizadas pela administração da Companhia para a determinação do valor recuperável dos ativos imobilizados, bem como as divulgações efetuadas em notas explicativas, são consistentes com as informações e dados obtidos.

continua →

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**Outros assuntos****Demonstrações do Valor Adicionado**

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude

é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 21 de março de 2024



PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador - CRC 1BA029904/O-5

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de

24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 22/03/2024

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/22/CPFL_1575050622032024.pdf

Hash: 1711061761a4493aa35d6a403a9e85a2e4b869173d